

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.566.866 - PR (2019/0244509-0)**

**RELATOR** : **MINISTRO LUIS FELIPE SALOMÃO**  
**AGRAVANTE** : **ADRIANA CAMILE MARCUCCI**  
**AGRAVANTE** : **JOICE DE ALMEIDA FURQUIM**  
**AGRAVANTE** : **MARCIO NEILIO DA SILVA**  
**AGRAVANTE** : **MARIA HELENA STOCO DOMINGUES**  
**AGRAVANTE** : **MARIA LUCIA CARDOSO DE MELLO**  
**AGRAVANTE** : **MARIA VITORIA DE OLIVEIRA SANTOS**  
**AGRAVANTE** : **MARILENE VIEIRA DOS SANTOS**  
**AGRAVANTE** : **OSAMU NAKANE**  
**AGRAVANTE** : **PAULO ALEXANDRE RIBEIRO**  
**ADVOGADOS** : **LOUISE RAINER PEREIRA GIONEDIS - PR008123**  
                  **CARMEN GLORIA ARRIAGADA BERRIOS - PR020668**  
                  **SANDRO RAFAEL BONATTO - PR022788**  
                  **VERÔNICA MASCHIO VIANNA DE SOUZA - PR064248**  
**AGRAVADO** : **FEDERAL DE SEGUROS S/A EM LIQUIDAÇÃO EXTRAJUDICIAL**  
**REPR. POR** : **LUIZ HENRIQUE SANTOS DE PAULA**  
**ADVOGADO** : **JOSEMAR LAURIANO PEREIRA - RJ132101**  
**INTERES.** : **ESTADO DO PARANÁ**  
**PROCURADORES** : **LUIZ FERNANDO BALDI - PR033623**  
                  **ALINE PINHEIRO DE CARVALHO - PR061951**  
                  **LEANDRO PETRY PEDRO - PR056129**  
                  **MÁRCIA DANIELA CANASSA GIULIANGELLI - PR048114**  
                  **FABIANA GRASSO FERREIRA - PR042686**

**DECISÃO**

1. Cuida-se de agravo interposto por ADRIANA CAMILE MARCUCCI E OUTROS contra decisão que não admitiu o seu recurso especial, por sua vez manejado em face de acórdão proferido pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, assim ementado:

AGRAVO RETIDO. AUSÊNCIA DE REITERAÇÃO. INTELIGÊNCIA DO ARTIGO 523, § 1.º, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 1973.

RECURSO NÃO CONHECIDO

APELAÇÃO CÍVEL 1 “AÇÃO ORDINÁRIA DE RESPONSABILIDADE OBRIGACIONAL SECURITÁRIA”. SENTENÇA DE IMPROCEDÊNCIA.

RECURSO DOS AUTORES. DANOS DECORRENTES DE ALEGADOS VÍCIOS DE CONSTRUÇÃO. RESSARCIMENTO. IMPOSSIBILIDADE.

RISCO OU AMEAÇA DE DESMORONAMENTO TOTAL OU PARCIAL NÃO COMPROVADO. LAUDO QUE NÃO AFERIU

RISCO DE DESABAMENTO CONCRETO ATUAL OU IMINENTE. SENTENÇA MANTIDA. APELAÇÃO CONHECIDA E DESPROVIDA.

APELAÇÃO CÍVEL 2. CONDENAÇÃO DO ESTADO DO PARANÁ A

ARCAR SOLIDARIAMENTE COM OS HONORÁRIOS PERICIAIS, EM RAZÃO DE SEREM OS SUCUMBENTES BENEFICIÁRIOS DA ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA. ÍNDICE DE CORREÇÃO MONETÁRIA APLICÁVEL. ADEQUAÇÃO DA SENTENÇA AO RECENTE JULGAMENTO DO RE N.º 870.947, PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. INCIDÊNCIA DO IPCA-E NAS CONDENAÇÕES IMPOSTAS À FAZENDA PÚBLICA, MESMO NA FASE DE CONHECIMENTO. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO

Em suas razões recursais, a parte recorrente aponta violação do art. 51, I e IV, XIII e § 1º, II, do CDC. Sustenta, em síntese, que os vícios detectados estão cobertos pelo seguro e que são nulas as cláusulas contratuais restritivas do direito dos segurados.

Decido.

2. Esta Corte pacificou o entendimento de que, nos contratos de seguro habitacional obrigatório no âmbito do Sistema Financeiro de Habitação, as seguradoras são responsáveis pelos vícios decorrentes da construção, desde que tal responsabilidade esteja prevista na apólice.

Nesse sentido:

PROCESSUAL CIVIL. VIOLAÇÃO DO ART. 535 DO CPC. ADMISSIBILIDADE. DEFICIÊNCIA NA FUNDAMENTAÇÃO. SÚMULA N. 284/STF. RECURSO ESPECIAL. SISTEMA FINANCEIRO DE HABITAÇÃO. CONTRATO DE SEGURO. RESPONSABILIDADE DA SEGURADORA PELOS VÍCIOS DE CONSTRUÇÃO NO IMÓVEL FINANCIADO. AUSÊNCIA DE COBERTURA SECURITÁRIA. SÚMULAS N. 5 E 7 DO STJ.

1. Atrai a incidência do óbice previsto na Súmula n. 284/STF a alegação de que o art. 535 do CPC foi violado desacompanhada de argumento que demonstre efetivamente em que ponto o acórdão embargado permaneceu omissos, contraditório ou obscuro.

2. Incide o óbice previsto na Súmula n. 284 do STF na hipótese em que a deficiência da fundamentação do recurso não permite a exata compreensão da controvérsia.

3. Nos contratos de seguro habitacional obrigatório no âmbito do Sistema Financeiro de Habitação, as seguradoras são responsáveis pelos vícios decorrentes da construção, desde que tal responsabilidade esteja prevista na apólice.

4. Concluir que a apólice contratada prevê a responsabilidade pelos prejuízos decorrentes da construção demanda a interpretação de cláusula contratual e o reexame do conjunto fático-probatório dos atos, o que é vedado em recurso especial, nos termos das Súmulas n. 5 e 7 do STJ.

5. Agravo regimental desprovido.

(AgRg no REsp 1305102/SP, Rel. Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, TERCEIRA TURMA, julgado em 16/02/2016, DJe 19/02/2016)

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. SISTEMA FINANCEIRO DA HABITAÇÃO. VÍCIOS DE CONSTRUÇÃO. RESPONSABILIDADE DA SEGURADORA. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL NÃO CONFIGURADA. QUITAÇÃO DO FINANCIAMENTO. ULTRA-ATIVIDADE DA COBERTURA SECURITÁRIA. RISCO NÃO COBERTO PELA APÓLICE. IMPOSSIBILIDADE DE REVISAR ESSA CONCLUSÃO. INCIDÊNCIA DAS SÚMULAS N. 5 E 7/STJ. AGRAVO IMPROVIDO.

1. Não há falar em negativa de prestação jurisdicional, quando o Tribunal de origem tenha decidido a matéria controvertida de forma fundamentada, ainda que contrariamente aos interesses da parte.

2. Na hipótese dos autos o Tribunal de origem afirmou que a apólice do seguro habitacional obrigatório não cobria vícios de construção, conclusão que não pode ser afastada sem ofensa às Súmulas n. 5 e 7/STJ. Precedentes.

3. Admitindo-se que a apólice não cobria vícios de construção, fica sem sentido a alegação de que a quitação do financiamento imobiliário não impede a cobrança da indenização securitária em razão de cobertura que, afinal, nunca existiu. Incidência da Súmula n. 284/STF.

4. Agravo regimental a que se nega provimento.

(AgRg no AREsp 352.716/SP, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, julgado em 15/12/2015, DJe 02/02/2016)

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL E SFH. FINANCIAMENTO IMOBILIÁRIO. VÍCIO DE CONSTRUÇÃO. RESPONSABILIDADE DA SEGURADORA. EMBARGOS RECEBIDOS COMO AGRAVO INTERNO, O QUAL SEGUE DESPROVIDO.

1. Embargos de declaração recebidos como agravo regimental em face do nítido caráter infringente das razões recursais. Aplicação dos princípios da fungibilidade recursal e da economia processual.

2. Nos casos de seguro habitacional no âmbito do Sistema Financeiro da Habitação (SFH), as seguradoras, em caso de previsão contratual, são responsáveis quando presentes vícios decorrentes da construção, não havendo como se sustentar o entendimento de que haveria negativa de vigência do art. 1.460 do antigo Código Civil.

3. No caso, tendo a Corte de origem assentado que os riscos decorrentes de vício de construção não se encontram cobertos na apólice, é inviável a pretensão recursal, dada a necessidade de interpretação de cláusula contratual e de reexame do conjunto fático-probatório dos autos, atraindo

os óbices das Súmulas 5 e 7 desta Corte.

4. Embargos declaratórios recebidos como agravo interno, ao qual se nega provimento. (EDcl no REsp n. 1.040.103/SC, relator Ministro Raul Araújo, DJe de 11/12/2013.)

No caso dos autos, o Tribunal de origem concluiu que os danos encontrados não estão cobertos pela apólice. A propósito, confira o seguinte trecho do acórdão recorrido:

Em se analisando o laudo pericial, dele não é possível aferir o risco de desmoronamento, total ou parcial, ou a ameaça de desmoronamento, atual e iminente, relacionada a defeitos estruturais.

Ademais, as considerações exaradas pelo Sr. Perito, indicam que poderá haver um agravamento progressivo futuro e das irregularidades, o que afasta, por si só, a existência de ameaça concreta iminente e de desabamento do imóvel, apta a ensejar a cobertura securitária.

Pode-se afirmar que a conclusão extraída da prova técnica é compatível com o padrão construtivo baixo adotado – obra social –, sendo certo que, não traz um indicativo concreto sequer de risco de desabamento ainda que parcial.

As residências, é fato, pela própria natureza do empreendimento, não podem ser classificadas como de alto padrão, sendo certo, ademais, que se trata de construções antigas – com idades entre 30 e 38 anos edificadas muito antes da elaboração do laudo pericial, que não receberam a devida manutenção.

Ressalte-se que a ausência de comprovação de risco ou ameaça de desabamento, ainda que parcial, implica a não incidência da cláusula de cobertura securitária. (fls. 2.012-2.013)

Concluir que a apólice contratada pela parte recorrente prevê a responsabilidade pelos danos constatados no caso demandaria a interpretação de cláusula contratual e o reexame do conjunto fático-probatório dos autos, providências vedadas em recurso especial, nos termos das Súmulas n. 5 e 7 do STJ.

3. Ante o exposto, nego provimento ao recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 29 de novembro de 2019.

**MINISTRO LUIS FELIPE SALOMÃO**

Relator